

NAS

Teto 7

LUCKESI, C.C. Sujeitos da práxis pedagógica: o educador e o educando. In: — Filosofia da Educação - São Paulo: Cortez, 1991, p. 109-119

Sujeitos da práxis pedagógica: o educador e o educando

No capítulo anterior, formulamos a compreensão de que por hábito cultural, o entendimento que se tem do que é ser educador e do que é ser educando não ultrapassa a compreensão espontânea e estereotipada do dia-a-dia. O “educador é educador” e o “educando é educando”... nada mais que isso, diz o senso comum. São sujeitos que parecem estar definidos desde sempre. Se de fato assim fosse, não haveria razão para tentar ressignificá-los. Seus respectivos conceitos e significados já estariam dados, social e historicamente. Neste caso, seria uma perda de tempo tentar refletir e compreender o que são os sujeitos da prática educativa escolar.

Contudo, sabemos que o conceito de quem é o educador e de quem é o educando não é tão simples nem tão pacífico quanto pode parecer. Ao nível do senso comum, até pode parecer que esse conceito seja linear e simples, porém ao nível de uma compreensão crítica, há que se discutir quem são esses sujeitos.

Neste capítulo, propriamente nos ocuparemos da tentativa de superar o entendimento do senso comum sobre os sujeitos da práxis pedagógica — educador e educando.

Vamos iniciar nossa reflexão por uma discussão do ser humano — quem é ele, como se constitui, quais são suas características — e, posteriormente, abordaremos o educador e o educando como seres humanos que interagem sistematicamente no processo educativo. A razão dessa sequência de tratamento deve-se ao fato de que, enquanto seres humanos, eles participam da mesma natureza social e histórica, distinguindo-se pelo lugar que ocupam na trama das relações sociais: como educador ou como educando.

1. O ser humano

O ser humano se constitui numa trama de relações sociais, na medida em que ele adquire o seu modo de ser, agindo no contexto das relações sociais nas quais vive, produz consome e sobrevive. Com isso estamos querendo dizer que o ser humano emerge no seu modo de ser dentro de um conjunto de relações sociais. São as ações, as reações, os modos de agir (habituais ou não), as condutas normatizadas ou não, as censuras, as convivências sadias ou neuróticas, as relações de trabalho, de consumo etc. que constituem *prática, social e historicamente* o ser humano. Numa dimensão geral, o ser humano é o “conjunto das relações sociais” das quais participa de forma ativa.

O ser humano é prático, ativo, uma vez que é pela ação que modifica o meio ambiente que o cerca, tornando-o satisfatório às suas necessidades; e enquanto transforma a realidade, constrói a si mesmo no seio de relações sociais determinadas. Na sociedade moderna, o ser humano é um ser prático, que age no contexto da trama das relações sociais desta sociedade, que, em última instância, caracteriza-se pela posse ou não de meios sociais de produção.

Conseqüentemente, o ser humano é social, na medida em que vive e sobrevive socialmente. Vive articulado com o conjunto dos seres humanos de gerações passadas, presentes e futuras. Não se dá isoladamente. A sua prática é dimensionada por suas relações com os outros.

Por último, é um ser histórico, uma vez que suas características não são fixas e eternas, mas determinadas pelo tempo, que passa a ser constitutivo de si mesmo. O ser humano da Idade Moderna não é o mesmo que existiu no período medieval; o ser humano que conhecemos na Bahia do presente certamente é diverso do ser humano da Bahia do século XIX. O ser humano sofre as determinações do tempo histórico; seu corpo, seus sentidos, sua personalidade caracterizam-se pela historicidade.

Em síntese, o ser humano é ativo, vive determinadas relações sociais de produção, num determinado momento do tempo. Como conseqüência disso, cada ser humano é propriamente o conjunto das relações sociais que vive, de forma prática, social e histórica.

Para compreender como o ser humano se constitui na dinâmica das relações sociais como ser ativo, social e histórico, poderíamos seguir as observações que Marx faz sobre o trabalho como o elemento essencial constitutivo do ser humano. O agir humano se faz de forma social e histórica, produzindo não só o mundo dos bens materiais mas também o próprio modo de ser do ser humano.

A essência do ser humano é o trabalho, diria Marx; o trabalho realizado em condições históricas específicas e determinadas.

Porém, ao analisarmos o trabalho, no contexto das relações sociais, verificamos que o trabalho que constitui o ser humano e que o constrói é o trabalho contextualizado dentro de sociedades determinadas. Isso significa que o trabalho deve ser entendido concretamente. Ao constataremos que hoje temos um ser humano alienado, vale dizer que o trabalho constrói e aliena o ser humano ao mesmo tempo. Esse é o ser humano concreto que conhecemos. E, para compreendê-lo, precisamos entendê-lo na sua concreticidade histórica, onde o trabalho tanto o constrói como o aliena.

Didaticamente – e só didaticamente podemos fazer isso –, vamos abordar em separado o trabalho como construtor e como alienador do ser humano. Veremos como o trabalho, em primeiro lugar, é a fonte de construção e, em segundo, fonte de alienação.

O trabalho é entendido como fator de construção do ser humano, porque é através dele que se faz e se constrói. O ser humano se torna propriamente humano na medida em que, conjuntamente com outros seres humanos, pela ação, modifica o mundo externo conforme suas necessidades, ao mesmo tempo, constrói-se a si mesmo.

Através de sua atividade sobre os outros elementos da natureza, no contexto de um conjunto de relações sociais, constrói bens para satisfazer suas necessidades. Ele é um feixe de necessidades e, para satisfazê-las, age sobre o mundo exterior, transformando-o criativamente, fazendo-o propriamente seu. E enquanto humaniza a natureza pelo seu trabalho, humaniza-se a si mesmo.

Como isso se dá? A ação humana exercida, coletivamente, sobre a natureza possibilita ao ser humano compreender e descobrir o seu próprio modo de agir. A ação prática sobre a realidade desperta e desenvolve o entendimento, a capacidade de compreensão e a emergência de níveis de abstração cada vez mais complexos. O ser humano age sobre o meio ambiente, natural e social e, ao mesmo tempo e subseqüentemente, reflete sobre a sua ação, para entender o seu modo de agir; a seguir, volta à ação instrumentalizado por um entendimento mais avançado e assim sucessivamente. Age, reflete, adquire um novo entendimento; com o novo entendimento, volta à ação: ação esta que o obriga a nova reflexão e assim sucessivamente. Por esse processo, o ser humano avança e se humaniza. O seu entendimento e sua ação tornam-se elementos cada vez mais complexos e perfeitos, assim como o próprio ser humano torna-se mais complexo e perfeito. Deste modo o trabalho é a fonte da humanização do ser humano.

Engels chegou mesmo a escrever um texto que se intitula *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*.¹

Segundo esse autor, o trabalho

“é a condição básica e fundamental de toda a vida humana; em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Foi o trabalho (como atividade criadora) que possibilitou ao ser humano o domínio sobre a natureza, conduzindo-o à independência e ao uso das mãos, à vivência gregária e social, ao desenvolvimento e uso da linguagem, ao desenvolvimento dos sentidos e do cérebro, assim como do entendimento sobre a realidade. E Engels conclui sua análise sobre o papel do trabalho na constituição do ser humano, diferenciando-o do animal. E ele diz:

“Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, *domina-a*. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho.”²

Ou seja, o ser humano se diferencia do animal na sua forma de viver e de se utilizar da natureza, mas essa diferença emergiu de sua própria ação.

Porém, o trabalho não se dá em abstrato; é da sua essência a sua efetivação na história e na sociedade. Esse elemento – o trabalho – que constrói o ser humano não é uma abstração metafísica que existe etérea e abstratamente. Não! O trabalho também é constituído pela dinâmica das relações sociais. Ele é um tipo de trabalho específico, determinado socialmente.

Por isso, historicamente, o ser humano é dimensionado tanto pela complexidade, sagacidade, inteligência, entendimento, quanto pela alienação, pelo afastamento de si próprio, pois que ele é construído pelo trabalho que ao mesmo tempo constrói e aliena.

Não podemos, a não ser para um entendimento didático, separar esses dois elementos do trabalho, ao analisá-lo concretamente: o criativo e o alienado. O trabalho, na nossa sociedade, possui, dentro de si, a contradição de constituir o ser humano, ao mesmo tempo, criando-o e alienando-o.

¹ Engels, F. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. In Marx e Engels, *Textos Seleccionados*, São Paulo, Alfa-Ômega.

² Idem.

Essas são faces dimensionadoras do trabalho, dentro da sociedade capitalista. Hoje, o trabalho produtivo não existe a não ser dessa forma. O trabalho só poderá deixar de ser alienante numa sociedade que, historicamente, não esteja baseada na exploração de um ser humano por outro ser humano, através da apropriação do produto excedente do seu trabalho. Isso só poderá dar-se na sociedade comunista...

O ser humano, que conhecemos, é dimensionado pelas relações sociais capitalistas. Não é um ser humano abstrato, nem o seu trabalho é uma entidade metafísica.

O ser humano se construiu dentro desta sociedade concreta e, por isso, sofre as suas interferências. A personalidade humana é contraditória como contraditória é a sociedade. Possui a dimensão ativa, criadora, renovadora, assim como a dimensão estática e reprodutora. O ser humano não é o que ele diz de si mesmo, mas aquilo que as condições objetivas da história possibilitam que ele seja. Nossas práticas, nossos atos, nossos entendimentos, nossas emoções, nossas relações possuem as características desta sociedade, com tudo o que ela tem de mais desenvolvido. Ou seja, a personalidade humana é histórica, possui lugar e tempo.

A alienação surge, inicialmente, pela alienação do produto do próprio trabalho, da própria ação. Na sociedade capitalista, a produção que não é consumida denomina-se “excedente”. Esse excedente (produzido socialmente pelo conjunto dos trabalhadores) é apropriado apenas por uma parcela da sociedade; por aqueles que detêm os meios de produção. Portanto, parte da força de trabalho dos trabalhadores, que se transforma em produto, não lhes pertence. Esse excedente é posto à venda, como mercadoria, pelos donos do capital, fugindo assim ao controle do produtor. Os produtores perdem o poder de decisão sobre o fruto do seu trabalho, são alienados do controle sobre “o que”, “o como”, o “para quê”, o “para quem” produzem. Vêem, portanto, alienada uma parte de si mesmos. Essa é a situação material efetiva.

Porém, a sociedade capitalista torna essa alienação mais perversa ainda, através da compra do trabalho assalariado. O trabalhador produz o necessário para a sua sobrevivência e o excedente para que o capitalista acumule mais riqueza. O trabalhador é obrigado a alienar o produto material do seu trabalho e junto com ele sua consciência. Deste modo a sociedade capitalista, através do trabalho, consegue a alienação não só material mas também espiritual do trabalhador.

Mas é nesta situação que se dá a contradição que abre a possibilidade para a mudança. Ou seja, o trabalho que aliena contém dentro de si a

criatividade e a possibilidade da autoconstrução do ser humano. Assim, o trabalho, nesta sociedade, tanto constrói quanto aliena o ser humano³.

Ao considerar o ser humano, nesta perspectiva, importa ter presente que ele é um ser de relações e, portanto, a comunicação é uma necessidade e um fator constitutivo. Pela comunicação, através dos seus variados mediadores, os seres humanos comunicam-se e transmitem a sua experiência. Por isso, nem todas as aprendizagens, que ao longo do tempo configuram cada ser humano individual, necessariamente ocorrerão exclusivamente através do trabalho produtivo (= trabalho que produz lucro); elas ocorrerão sempre de uma forma ativa, que pode ser mediada pela comunicação – pela transmissão e pela assimilação ativa da experiência.

Esses elementos atingem todos os seres humanos, incluindo, é claro, o educador e o educando, sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Podemos concluir, sinteticamente, que o ser humano manifesta-se (1) ativo (ele trabalha e modifica o meio ambiente para atender a suas necessidades); (2) construído por sua atividade (enquanto age, se autoconstrói); (3) dentro de relações sociais determinadas (condicionantes que atuam sobre ele); e (4) como construtor da própria sociedade (utilizando-se das contradições desta).

Educador e educando, como seres individuais e sociais ao mesmo tempo, constituídos na trama contraditória de consciência crítica e alienação, interagem no processo educativo. Eles são sujeitos da história na medida em que a constroem ao lado de outros seres humanos, num contexto socialmente definido e são objetos da História na medida em que sofrem a sua influência.

Em termos de ação educativa, o educador, com os seus determinantes, será aquele que tem a responsabilidade de dar a direção ao ensino e o educando aquele que, participando do processo, aprende e se desenvolve, formando-se tanto como sujeito ativo de sua história pessoal quanto como da história humana. O educador, por encontrar-se num nível mais elevado de desenvolvimento das suas capacidades e por deter um patamar cultural mais elevado, deverá ocupar o lugar de estimulador do avanço do educando. É no contexto de relações sociais definidas que educador e educando se relacionam, realizando o processo educativo.

3 Sobre a questão do trabalho como fator construtivo e como fator alucinante do ser humano, vale a pena consultar de Marx: *Manuscritos econômicos e filosóficos* e *O Capital* (especialmente Livro I); de Marx e Engels, *A Ideologia alemã*.

2. Os sujeitos da práxis pedagógica

2.1 O educador

Quem é o educador e qual o seu papel?

Em primeiro lugar, é um humano e, como tal, é construtor de si mesmo e da história através da ação; é determinado pelas condições e circunstâncias que o envolvem. É criador e criatura ao mesmo tempo. Sofre as influências do meio em que vive e com elas se autoconstrói.

Em segundo lugar, além de ser condicionado e condicionador da história, ele tem um papel específico na relação pedagógica, que é a relação de docência.

O que isso significa?

Na práxis pedagógica, o educador é aquele que, tendo adquirido o nível de cultura necessário para o desempenho de sua atividade, dá direção ao ensino e à aprendizagem.⁴ Ele assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e em processo de acumulação pela humanidade, e o educando. O professor fará a mediação entre o coletivo da sociedade (os resultados da cultura) e o individual do aluno. Ele exerce o papel de um dos mediadores sociais entre o universal da sociedade e o particular do educando.

Para que possa exercer esse papel, o educador deve possuir conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar o educando no processo de elevação cultural. Deve ser suficientemente capacitado e habilitado para compreender o patamar do educando. E, a partir dele, com todos os condicionamentos presentes, trabalhar para elevá-lo a um novo e mais complexo patamar de conduta, tanto no que se refere ao conhecimento e às habilidades, quanto no que se refere aos elementos e processos de convivência social.

Para tanto, o educador deve possuir algumas qualidades, tais como: compreensão da realidade com a qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e competência técnico-profissional.

Em primeiro lugar, o educador dificilmente poderá desempenhar seu papel na práxis pedagógica se não tiver uma certa compreensão da realidade

4 Sobre o papel do educador ver de Georges Snyders, os seguintes livros: *Pedagogia progressista* (Lisboa, Ed. Almedina) e *Para onde vão as pedagogias não-diretivas* (Lisboa, Ed. Moraes). Em ambas as obras, dar atenção especial ao último capítulo, em que o autor apresenta sinteticamente o seu ponto de vista.

na qual atua. Precisa compreender a sociedade na qual vive, através de sua história, sua cultura, suas relações de classe, suas relações de produção, suas perspectivas de transformação ou de reprodução. Enfim, o educador não poderá ser ingênuo no que se refere ao entendimento da realidade na qual vive e trabalha. Caso contrário, sua atividade profissional nada mais será que reprodutora da sociedade via o senso comum hegemônico.

Em segundo lugar, o educador precisa ter comprometimento político com o que faz. Compreendendo a sociedade em que vive, terá clareza daquilo com que está comprometida a sua ação. Não poderá agir sem esse comprometimento explícito (explícito ao menos para si mesmo, se não quer torná-lo público). Em outro momento dessa discussão dissemos que o educador que afirma não possuir posicionamento político assume o posicionamento dominante dentro da sociedade – no caso da nossa sociedade, um posicionamento burguês.

A ação do educador não poderá ser executada de qualquer forma, como se toda e qualquer forma fosse suficiente para que ela possa ser bem realizada. Ela só poderá ser bem realizada se tiver um compromisso político que a direcione. Ou seja, o educador só tem duas opções: ou quer a permanência desta sociedade, com todas as suas desigualdades, ou trabalha para que a sociedade se modifique.

Em terceiro lugar, o educador necessita conhecer bem o campo científico com o qual trabalha. Se ensina Matemática, deve conhecer bem este campo; se ensina História, deve conhecê-la bem – enfim, seja lá qual for o campo teórico com o qual trabalhe, o educador tem necessidade de possuir competência teórica suficiente para desempenhar com adequação sua atividade. Não pode, de forma alguma, mediar a cultura de sua área se não detiver os conhecimentos e as habilidades que a dimensionam. Não é apenas com os rudimentos de conhecimentos adquiridos nos livros didáticos que um educador exerce com adequação o seu papel. O livro didático é útil no processo de ensino, mas ele nada mais significa do que uma cultura científica estilizada. É muito pouco para o educador que deseja e necessita deter os conhecimentos de sua área.

Em quarto lugar, o educador deve deter habilidades e recursos técnicos de ensino suficientes para possibilitar aos alunos a sua elevação cultural através da apropriação da cultura elaborada. Ensinar não significa, simplesmente, ir para uma sala de aula onde se faz presente uma turma de alunos e “despejar” sobre ela uma quantidade de conteúdos. Ensinar é uma forma técnica de possibilitar aos alunos a apropriação da cultura elaborada da melhor e mais eficaz forma possível. Para tanto, será necessário deter recursos técnicos e habilidades de comunicação que facilitem a apropriação

do que se comunica. O educador necessita possuir habilidades na utilização e aplicação de procedimentos de ensino.

Por último, esses elementos todos se completam com uma habilidade que denominamos “arte de ensinar”. É preciso desejar ensinar, é preciso querer ensinar. De certa forma, é preciso ter paixão nessa atividade. Gramsci lembra que os intelectuais, na maior parte das vezes, esquecem-se do sentimento em suas atividades. É preciso estar em sintonia afetiva com aquilo que se faz. Um professor que faz de sua atividade apenas uma mercadoria dificilmente será um professor comprometido com a elevação cultural dos educandos. O salário não paga o trabalho que temos. Por isso, torna-se importante, além da competência teórica, técnica e política, uma paixão pelo que se faz. Uma paixão que se manifeste, ao mesmo tempo, de forma afetiva e política. Sem essa forma de paixão, as demais qualidades necessárias ao educador tornam-se formais e frias. O processo educativo exige envolvimento afetivo. Daí vem a “arte de ensinar”, que nada mais é que um desejo permanente de trabalhar, das mais variadas e adequadas formas, para a elevação cultural dos educandos.

Para ser educador não basta ter contrato de trabalho numa escola particular ou um emprego de funcionário público. É preciso competência, habilidade e comprometimento. Ninguém se faz professor, do dia para a noite, sem aprendizagem e preparação satisfatórias.

Em síntese, para exercer o papel de educador, é preciso compromisso político e competência técnica.⁵

2.2 O educando

O educando, como o educador, é caracterizado pelas múltiplas determinações da realidade. Ou seja, é um sujeito ativo que, pela ação, ao mesmo tempo se constrói e se aliena. Ele é um membro da sociedade como qualquer outro sujeito, tendo caracteres de atividade, socialidade, historicidade, praticidade.

Na relação educativa, dentro da práxis pedagógica, ele é o sujeito que busca uma nova determinação em termos de patamar crítico da cultura elaborada. Ou seja, o educando é o sujeito que busca adquirir um novo patamar de conhecimentos, de habilidades e modos de agir. É para isso

⁵ Ver Mello, Guiomar Namó de, *Magistério do 1º grau: do compromisso político à competência técnica*. São Paulo, Cortez, 1983.

que busca a escola. Ir à escola, forma institucionalizada de educação da sociedade moderna, não tem por objetivo a permanência no estágio cultural em que se está, mas, sim, a aquisição de um patamar novo, a partir da ruptura que se processa pela assimilação ativa da cultura elaborada. A cultura espontânea é insuficiente para a sociedade moderna que exige dos indivíduos novos níveis de entendimentos através da educação formalizada. Isso não significa uma condenação ao autodidatismo. Ocorre que o autodidatismo, no que se refere ao acesso à cultura elaborada, exige iniciação escolar ou, ao menos, iniciação preliminar de leitura, escrita, raciocínio numérico etc. A cultura elaborada, hoje, exige a escolarização, como instância pedagógica.

Dentro dessa perspectiva, o educando não deve ser considerado, pura e simplesmente, como massa a ser informada, mas sim como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade, desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência etc. São as experiências e desafios externos que possibilitam ao ser humano, através da ação, o crescimento, o amadurecimento. O mundo externo exige uma ruptura com a condição existente, sem suprimir todos os seus elementos. Há uma continuidade dos elementos anteriores e, ao mesmo tempo, uma ruptura, formando o novo. O velho não é suprimido, mas sim incorporado ao novo. Para exemplificar, não suprimimos a cultura espontânea para, em seu lugar, colocar a cultura elaborada. A cultura elaborada, que cada um detém, é uma síntese nova de sua cultura anterior, revivificada pela apropriação e assimilação da cultura elaborada. Quando uma criança aprende um modo novo de executar uma brincadeira, não suprime o modo anterior; ao contrário, incorpora o modo anterior ao novo modo de execução. É o novo que nasce do velho, incorporando-o, por superação.

O educando é um sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com a apropriação da cultura elaborada.

Assim, o educando é um sujeito possuidor de capacidade de avanço e crescimento, só necessitando para tanto da mediação da cultura elaborada, que possibilita a ruptura com o seu estado espontâneo.

Disso decorre que o educando nem possui todo o saber, nem é pura ignorância. Ele detém uma cultura que adquiriu espontaneamente no seu dia-a-dia, porém limitada ao circunscrito e ao espontâneo. A função da mediação da cultura elaborada é possibilitar a ruptura com esse estado de coisas. A não-apropriação da cultura elaborada faz com que os sujeitos

humanos permaneçam profundamente carentes de entendimento e consciência. Entender de construção e uso de arco e flecha é muito interessante, porém insuficiente na luta contra quem possui arma de fogo. Foi exatamente isso que possibilitou que portugueses e espanhóis dizimassem os indígenas das Américas do Sul e Central.

Assim, no trabalho escolar, o educador deve estar atento ao fato de que o educando é um sujeito, como ele, com capacidade de ação e de crescimento – e, por isso, um sujeito com capacidade de aprendizagem, conduta inteligente, criatividade, avaliação e julgamento.

É preciso compreender o educando a partir de seus condicionantes econômicos, culturais, afetivos, políticos etc., se se quer trabalhar adequadamente com ele.

3. Conclusão: relação educador-educando

Tomando por base as características fundamentais do educador e do educando, como seres humanos e como sujeitos da práxis pedagógica, verificamos que o papel do educador está em criar condições para que o educando aprenda e se desenvolva, de forma ativa, inteligível e sistemática.

Para tanto, o educador, de modo algum, poderá obscurecer o fato de que o educando é um sujeito ativo e que, para que aprenda, deverá criar oportunidades de aprendizagens ativas, de tal modo que o educando desenvolva suas capacidades cognoscitivas assim como suas convicções afetivas morais, sociais, políticas.

O educador, como sujeito direcionador da práxis pedagógica escolar, deverá, no seu trabalho docente, estar atento a todos os elementos necessários para que o educando efetivamente aprenda e se desenvolva. Para isso, além das observações aqui contidas, deverá ter presente os resultados das ciências pedagógicas, da didática e das metodologias específicas de cada disciplina.

O planejamento, a execução e avaliação do ensino serão insatisfatórios se não forem processados dentro de mínimos parâmetros de criticidade.

O estudo deste capítulo tem por intenção chamar a atenção de educadores e de futuros educadores para o fato de que os sujeitos da práxis pedagógica não estão dados definitivamente, mas sim que eles devem ser permanentemente repensados e compreendidos, se queremos produzir uma ação docente-discente de forma crítica.